

ARTIGO

A etnopsicologia e o trabalho institucional em uma unidade de abrigo

Ligia Pagliuso¹

José F. Miguel H. Bairrão²

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP

RESUMO

Este artigo apresenta de maneira introdutória algumas potenciais contribuições da etnopsicologia e da etnopsiquiatria para a psicologia forense, em particular para crianças e adolescentes em situação de risco. O objetivo é sinalizar possibilidades de aprimoramento da intervenção psicológica em ocasiões e contextos sociais brasileiros fortemente marcados por especificidades culturais da nossa sociedade. A etnopsiquiatria e a etnopsicologia procuram dialogar com as formas de produção de conhecimento e saberes que são frutos de processos históricos, sociais e culturais determinantes da formação da identidade de seus agentes sociais. Embora os resultados apresentados não sejam conclusivos, é possível vislumbrar, por meio de um breve relato de caso, a lacuna que existe entre uma proposta de intervenção solidária para com as iniciativas populares de cuidado e atenção à infância e à adolescência e a proposta do Estado e de sua rede de controle que podem, paternalista e tendenciosamente, mais coibirem do que valorizarem as iniciativas comunitárias autônomas de acolhimento e de inclusão dessas crianças por parte de expoentes do universo social e cultural do qual elas são originárias.

Palavras-chave: Etnopsicologia; Umbanda; Psicologia forense; Alteridade.

The ethnopsychology and institutional work in a unit under

ABSTRACT

This article presents in an introductory manner some potential contributions from ethnopsychology and ethnopsychiatry to the field of forensic psychology particularly related to children and teenagers in psychosocial hazardous conditions. Its main purpose is to point out the improvement opportunities for psychological intervention in Brazilian social contexts, which are strongly marked by social characteristics of our society. Ethnopsychiatry and ethnopsychology aim to understand the forms of knowledge productions which were determined

by historical, social and cultural processes, contributing for the formation of the identity of its social agents as well. Although the results presented in this work are not conclusive, it is possible to glimpse, by means of a short description of a particular case, the open space that exists between the proposals of mutual intervention towards popular initiatives of care and support for children and teenagers, and the governmental proposals, which can, in a patronizing and tendentious way, restrain, more than value, the communal and autonomous initiatives of inclusion for these children, suggested by those who are exponents in the social and cultural environment they originally come from.

Keywords: Etnopsychology; Umbanda; Forensic psychology; Alterity.

La Etnopsicología y el trabajo institucional en un albergue

RESUMEN

El siguiente artículo presenta, de forma introductoria, algunos aportes potenciales de la etnopsicología a la etnopsiquiatría dirigida a la psicología forense y, en particular, a niños y adolescentes en situación de riesgo. El objetivo es señalar posibles mejoras de la intervención psicológica en ocasiones y contextos sociales brasileños que están fuertemente marcados por especificidades culturales de nuestra sociedad. La etnopsiquiatría y la etnopsicología buscan dialogar con formas de conocimiento y saber, fruto de procesos históricos, sociales y culturales determinantes en la formación de la identidad de sus agentes sociales. Aunque los resultados presentados no sean concluyentes, es posible vislumbrar, valiéndose de un breve relato de caso, la laguna existente entre una propuesta de intervención solidaria con las iniciativas populares de cuidado y atención a la infancia y adolescencia, y la propuesta del Estado y de su red de control cuyas acciones, de carácter paternalista y tendencioso, sobre todo cohiben en lugar de valorizar las iniciativas comunitarias autónomas de acogida e inclusión de esos niños por parte de exponentes del universo social y cultural del que proceden.

Palabras clave: Etnopsicología; Umbanda; Psicología forense; Alteridad.

A ETNOPSICOLOGIA

Lidar com a visão de mundo, a cultura do outro de maneira não etnocêntrica, ou seja, não vinculada apenas a valores próprios e da própria cultura: este tem sido um dos principais desafios lançados pela antropologia às ciências humanas de um modo geral. A antropologia

tem demonstrado interesse pelas questões psicológicas de povos não ocidentais desde pelo menos 1898-99 (WHITE ; KIRKPATRICK, 1985). Malinowski procurou testar e repensar a teoria do Complexo de Édipo com os Trobriandeses em 1927. Bateson (1958) desenvolveu sua noção de “ethos”: “um sistema cultural padronizado de organização dos instintos e das emoções” (apud WHITE; KIRKPATRICK, 1985, p. 3). Estudos baseados na cultura e na personalidade foram amplamente desenvolvidos por Mead (1928a, 1928b, 1930, 1935). Gladwin e Sarason (1953) usaram testes projetivos de personalidade, dando-nos um exemplo dessa colaboração interdisciplinar. Levy (1973), Howard (1974) e Hutchins (1980) trabalharam com os temas da afetividade, motivação e cognição em seus trabalhos (apud WHITE; KIRKPATRICK, 1985).

Independentemente da terminologia psicológica usada pelo pesquisador, argumentou Lutz (1985):

A descrição de sistemas de conhecimento etnopsicológicos é baseada na premissa de que os povos de todas as sociedades desenvolvem algumas compreensões compartilhadas a respeito dos aspectos da vida pessoal e em sociedade, aspectos com propósitos heurísticos que podem ser chamados ‘psicológicos’ (p. 35).

A autora discute que, embora o que se compreenda por “psicológico” possa pertencer a forma de compreensão e de conhecimento do pesquisador, o termo seria apropriado por estar relacionado com “as construções culturais particulares das pessoas assim como com a natureza humana” (LUTZ, 1985, p. 35).

O objetivo da etnopsicologia tem sido investigar a maneira como variados grupos étnicos administram conflitos, vivenciam as emoções e os relacionamentos interpessoais, dependendo do objetivo de cada pesquisador. Especial atenção, entretanto, tem sido dedicada às terminologias e ao sistema de compreensão do outro para perceber até que ponto o que está sendo nomeado pelo pesquisador de uma determinada forma corresponde à autocompreensão sistêmica do outro.

A etnopsicologia surgiu por influência da escola americana de antropologia Cultura e Personalidade, mas boa parte dos etnopsicólogos tem se distanciado dela. White e Kirkpatrick (1985) argumentam que a centralidade do conceito de personalidade levou à formulação de tópicos de pesquisa tendenciosos, guiando as observações etnográficas de maneira muito persuasiva. A compreensão de que o conceito de personalidade se confunde com a noção de indivíduo levou-os a formular que o locus de observação deveria se deslocar “do comportamento individual para os processos conceituais e interativos usados na construção dos significados sociais da vida cotidiana” (WHITE; KIRKPATRICK, 1985, p. 4).

Lutz (1985) argumenta que trabalhos comparativos que objetivam elucidar os princípios etnopsicológicos dos diferentes contextos culturais podem ajudar a nortear alguns dos

conceitos mais básicos e geralmente invisíveis das ciências sociais. Com essas comparações, é possível encontrar tanto convergências quanto divergências entre etnoteorias e teorias científicas. A não correlação entre ambas é bem vista, almejável - segundo White e Kirkpatrick (1985) - por inclusive ser sinal de maior aprofundamento na descrição e análise etnográfica.

Adotar um modelo padrão de personalidade, por exemplo, faria perder muito da apreensão de sua variabilidade nos diferentes contextos, e sua aplicação uniforme apenas nos faria desencontrar ou minimizar as possibilidades de insights e os questionamentos a ele relacionados dos próprios sujeitos (WHITE; KIRKPATRICK, 1985). Uma interdependência, entretanto, entre o que se compreende por cultura, self e afeto tem sido encontrada em várias pesquisas (HEELAS; LOCK, 1981; LEE, 1982; SHWEDER; LE VINE, 1984 apud WHITE; KIRKPATRICK, 1985). Portanto, a concepção de pessoa não seguiria um padrão, embora seja concebida sempre como um ponto de intersecção entre o subjetivo e o social. A etnopsicologia, assim, não pretende definir os limites do que seja a pessoa ou o social, mas justamente investigá-los em cada um de seus contextos (WHITE; KIRKPATRICK, 1985).

A ETNOPSQUIATRIA

A etnopsiquiatria se fundamenta desde o início no estudo “tanto da cultura, como na forma como o homem apreende sua própria cultura (...) e não numa ciência da cultura como os ‘culturalistas’ às vezes parecem estudá-la como se o homem não existisse” (DEVEREUX, 1970, p. 83)³. Semelhantemente à etnopsicologia, ela se propõe desde o início a fazer uma revisão epistemológica, mas de conceitos fundamentalmente da antropologia e da psicanálise. Bastide (1970) argumenta que a proposta etnopsiquiátrica de multidisciplinaridade, se não for baseada em uma revisão cuidadosa dos pressupostos anteriores e dos métodos das disciplinas, pode levar a um aumento da desordem ao invés de criar uma nova ordem.

Ao repensar sua longa formação e a relação de complementariedade, assim como de discordâncias entre ambas as disciplinas, Devereux (1970) afirma que, para se tornar um psicanalista, ele precisou completar sua formação em etnologia para que se tornasse um especialista no homem e na cultura. Se tivesse sido psicanalista em primeiro lugar, teria sentido a necessidade de estudar também a etnologia a fim de completar sua formação “de especialista da psique humana” (p. 83):

(...) pois, na tentativa de compreender o homem de forma significativa, é impossível separar o estudo da psique da cultura, pois precisamente psique e cultura são dois conceitos que embora pareçam inteiramente distintos, mantêm entre si uma relação de complementariedade heisenberguiana (DEVEREUX, 1970, p. 83).

Segundo Devereux (1970), “independentemente da diversidade cultural, o fato de ter uma cultura é uma experiência universal na medida em que cada homem é ‘uma criatura, criadora e mediadora, dessa cultura’ em qualquer lugar e da mesma forma” (DEVEREUX, 1970, p. 82). O autor é um defensor da epistemologia da interdisciplinaridade. Observa os relativismos teóricos e culturais, com ressalvas. Argumenta ser necessário à etnopsiquiatria repensar o seu ponto de partida, ou seja, não apenas a noção de cultura, mas também a de doença mental. Devereux se opõe ao culturalismo norte-americano: ele não considera a cultura como uma realidade “sui generis” exterior e superior aos indivíduos; de fato, os indivíduos reagem aos outros indivíduos. Mas existe um processo psicológico de reificação e a cultura “reificante” é que exerce influência sobre as pessoas tanto quanto compõe a personalidade de cada uma (BASTIDE, 1970, p. IX).

Encontramos em Devereux (1970) a cultura funcionando como um mecanismo de defesa de maneira solidária às funções do ego, já que o ego é definido em grande parte na psicanálise pelos mecanismos de defesa. Com base nela, entretanto, “o autor destrói totalmente a definição de ‘normalidade’ entendida como adaptação social – através da qual se estabelece ser preciso ser você mesmo, ainda que doente ou se esforçar para se adaptar a uma sociedade doente” (BASTIDE, 1970, p. IX).

Devereux (1970) considera a cultura “uma experiência vivida, isto é, a forma como a pessoa vive e entende sua cultura, o seu estado de saúde mental e uma desordem psicológica” (p. 80). A chave para a “cura” em uma análise, seja de que paciente for, está *na interpretação do paciente* e não do analista. Em outras palavras, o que permite o insight a respeito de sua condição está no discurso, ainda que inconsciente, do próprio paciente. Nesse sentido, torna-se ineficaz o analista teimar com algo que seja *sua* verdade, mas não a do paciente.

Na metade do século passado passam a ser da alçada da etnopsiquiatria, segundo Ernesto de Martino, 1961, (filósofo, historiador e antropólogo italiano que trabalhou com a perspectiva etnopsiquiátrica), “os frutos da história da civilização ocidental”, ou seja, os fatos sociais, culturais e históricos com os quais o homem ocidental com o fim da era colonial (e dos períodos da reforma e da contrarreforma) precisaria aprender a lidar. Observa que passado e presente coexistem como heranças, por vezes, como resquícios de embates culturais, inclusive em sua “pessoa antropológica”, e toma consciência da importância e da responsabilidade desse reconhecimento para aprofundar a compreensão do outro.

A técnica de análise de si quando em contato com o outro, inaugurada na psicanálise por Freud (1893/1996), é chamada de manejo da transferência. Devereux (1970) vai se valer da sua formação em psicanálise e, por consequência, do treino que adquiriu com a análise da transferência e da contratransferência para desenvolver técnicas com pacientes provindos de outras culturas, no intuito de prevenir que os padrões culturais do analista viessem a ser uma interferência negativa nesses tratamentos. Debate com os etnólogos a importância da análise da transferência para o trabalho de campo e semelhantemente alerta os psicanalistas que a

etnologia pode preveni-los dos riscos ingenuamente “imperialistas” (ou neocolonialistas) na forma como conduzem e se apropriam da teoria psicanalítica. Com esta complementaridade, o pesquisador pode superar a subjetividade inerente a qualquer observação e deixar de fazer distorções na medida em que “como um etnólogo e um analista, percebe a estrada real para uma objetividade autêntica e não fictícia.” (BASTIDE, 1970, p. XVIII).

CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO INSTITUCIONAL

Tanto na etnopsicologia quanto na etnopsiquiatria os pressupostos direcionam para sínteses que superem as limitações dos modelos teóricos clássicos. Devereux (1970) analisa a estrutura das doenças mentais em função do meio social e, embora não defina sua relação claramente, aponta correlações importantes existentes entre a cultura e a personalidade. Parafrazeia que uma das razões de tal imprecisão seria sua relação “*heisenberguiana*”. A etnopsicologia discute a intersecção entre a pessoa e o social, mas sem sedimentar um modelo único. Fundamenta premissas que abrem caminhos para novos olhares. Ambas alertam para o risco da falta de implicação do observador e, por consequência, do observado na análise de seus resultados. Sob diferentes formas, portanto, indicam a necessidade de análise, no mínimo, numa via de mão dupla.

O objetivo desse artigo é fazer uma reflexão a respeito dos limites e das possibilidades de atuação do profissional psicólogo numa perspectiva etnopsicológica. Compreende-se que a função da psicologia não é fazer uso de um conhecimento padronizado permeado por valores unívocos em detrimento do saber do outro. A intenção é dialogar com outras formas de produção de conhecimento, saber que são frutos de processos históricos, sociais e culturais e que participam da formação da identidade de seus agentes sociais.

O estudo foi desenvolvido numa instituição Abrigo para crianças e adolescentes, localizada na cidade de São Paulo. As informações apresentadas são parte de uma tese de doutorado⁴ ainda em desenvolvimento que tem como proposta estudar a concepção de família vigente numa família de santo umbandista por meio da análise da formação de vínculos e dos laços afetivos. A instituição Abrigo mantida por essa família não estava no projeto de pesquisa inicial. Entretanto, foi incluída por ser uma fonte importante de informação esclarecedora da concepção de família e da dinâmica de suas redes de parentesco.

AS INSTITUIÇÕES ABRIGO NO BRASIL

No Brasil, aproximadamente 68% das instituições Abrigo para crianças e adolescentes são organizações não governamentais, segundo pesquisa do IPEA⁵ (2004). Este índice sinaliza a tendência histórica das instituições filantrópicas serem as que têm se responsabilizado pelo cuidado e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social no

país. Não havia, ainda em 2003, uma política de investimento com recursos mais bem definidos para essas instituições, embora a criança em situação de risco deva ser público prioritário do Estado, segundo a Constituição Federal de 1988 (ROCHA; AQUINO, 2005)⁶. A influência religiosa tem sido um fator marcante nas instituições não governamentais. Cerca de 80% dos Abrigos não governamentais possuem laços com instituições confessionais, tratando-se, assim, “majoritariamente de uma atividade filantrópica influenciada por uma fé católica, evangélica ou espírita” (PELIANO; BEGHIN, 2004, p. 276)⁷.

Essa realidade tem levantado suspeita quanto à qualidade do atendimento prestado, sobretudo quanto à promoção da emancipação de sujeitos com uma noção de direito a igualdade social. Questiona-se, assim, em que medida essa emancipação está sendo de fato assegurada, já que não se sabe ao certo ainda “quais os valores e as redes de sociabilidade que essas instituições têm sido capazes de imprimir, com as formas possivelmente inéditas e específicas que adotam contra a exclusão social” (PELIANO; BEGHIN, 2003, p. 284). Em parte, é a essa indagação que a presente pesquisa procura responder.

ABRIGO

A dirigente do Abrigo pesquisado é espírita e umbandista. É importante ressaltar que na cultura afro-brasileira não há dissociação entre vida comunitária, regras e valores sociais e de conduta e a religiosidade. Assim, quando se estuda o aspecto religioso de um grupo ou comunidade, investigamos a visão de mundo que especificamente embasa as ações dessa comunidade.

A dirigente do Abrigo e sua família têm origem afrodescendente e indígena. O pai da dirigente era negro, foi uma criança órfã (abandonado) e sua mãe era branca, benzedeira, espírita e neta de índio. A história da instituição, ou seja, seu mito de fundação continua simbolicamente presente, atuante no dia a dia da instituição, como se pode observar. A mãe da dirigente, benzedeira, recebia um grande número de pessoas em sua casa e acreditava que os que ali chegavam precisavam de uma “palavra de conforto, de orientação e de carinho”. Não se apegava a diferenças pessoais e atendia os mais variados tipos de problemas sem se importar com a origem ou a posição social. Ela é a expressão, portanto, de uma atitude profundamente acolhedora e inclusiva. O pai, que morreu cedo - quando a dirigente ainda era criança e tinha apenas seis anos de idade -, foi, em suas palavras, uma “pessoa que sofreu muito”. Ele, simbolicamente representa a expressão da dor e de uma ferida social que precisa ser acolhida, cuidada e curada. A atitude de inclusão e de acolhimento da mãe se perpetua na instituição para atender a uma necessidade real de proteção à infância. No universo afro-brasileiro, entende-se que há um entrelaçamento cíclico de gerações que se sucedem e que ao se cuidar de uma criança, por exemplo, pode-se estar cuidando de um ancestral. Esta concepção expressa um modo de dialogar com a realidade profundamente antiga e cultural,

transgeracional, apesar de toda a perseguição histórica a essas tradições, bem como a sua flexibilidade e persistência.

A maioria das pessoas que trabalham no Abrigo são da família da dirigente. As demais fazem parte do círculo de relacionamento de sua família há muitos anos. O Abrigo tem uma forte inserção comunitária. Conta com um contingente de voluntariado relativamente elevado para a realização de festas beneficentes e para a integração comunitária da população atendida (aproximadamente cem pessoas). A abertura para o vínculo e a inclusão social ocorrem de maneira espontânea, independentemente das particularidades individuais e até mesmo religiosas de sua população e equipe de trabalho. Há educadoras e famílias evangélicas, católicas, espíritas e uma grande abertura da instituição para acolher as pessoas de diferentes culturas regionais do país. As famílias dos funcionários participam ativamente das atividades da ONG, acolhem crianças e adolescentes em suas casas, promovem passeios e participam de festas de aniversário das crianças nos finais de semana. O entendimento “espiritual” que norteia o trabalho na ONG é o de que “ali eles são todos de uma mesma família”.

A frase acima foi dita pela “preta-velha” (“espírito de uma anciã africana”) da dirigente no centro umbandista da família. A pesquisa também tem sido desenvolvida neste centro, uma vez que, como se pode observar, a compreensão da dinâmica da vivência familiar se revela justamente ali. Essa talvez seja outra marca afro-brasileira: por meio da prática ritual de culto a uma ancestral, a experiência cotidiana é reatualizada e vitalizada.

A medida de abrigamento, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), deve ser de caráter provisório, dando-se ênfase primeiramente em fortalecer os laços das crianças atendidas com sua família de origem e, quando isto não é viável, deve-se priorizar a colocação da criança em família substituta. Este trabalho tem sido desenvolvido pela ONG e o que tem se observado, na maioria dos casos, é que o laço entre essas pessoas e a instituição permanece de alguma maneira. Antigas adolescentes da ONG, hoje mulheres adultas, ligam para contar de seu casamento, de sua primeira gravidez. Outras que foram colocadas em família substituta ou voltaram para a família de origem pedem para ir passar as férias escolares no Abrigo e recebem permissão da dirigente do Abrigo para isso. Pessoas que eram ligadas à mãe da dirigente e moram em outra cidade voltam para participar das festas e colaborar com a instituição. De alguma forma, a função do Abrigo de acolher e de refazer os laços sociais tem alcançado êxito.

Entretanto, o desconhecimento da cultura indígena, africana, brasileira, faz com que mesmo a população que mais a representa não se sinta legitimamente reconhecida. Quando estavam sendo acertados os detalhes da pesquisa, a dirigente do Abrigo requisitou que, conjuntamente com a coleta de dados, a pesquisadora também realizasse um trabalho como psicóloga da instituição. As atribuições seriam responder pelas crianças na elaboração dos relatórios técnicos judiciais e que desse suporte, orientação ao Abrigo na formação e atividade

das educadoras de uma maneira geral. A dirigente salientou, ainda, a “necessidade de troca” que a instituição tem para a realização do seu trabalho. O pré-requisito das comunidades umbandistas para que a presença do pesquisador seja a mais participativa possível já era conhecido em função de trabalhos anteriores. A compreensão que se coloca é que o pesquisador apenas apreende algo, quando, em nossas palavras, transferencialmente essa relação pode ser vivida. A história contada a seguir ocorreu com dois adolescentes que estiveram sob os cuidados da pesquisadora durante alguns meses e pode, sob certo sentido, ser reveladora do desafio que um Abrigo hoje enfrenta para “conseguir sobreviver” - palavras da dirigente.

RELATO DE CASO

A jovem menina, de 13 anos de idade, foi abrigada nesta instituição em decorrência de uma situação de maus-tratos praticados por sua mãe. Foi encontrada na rua, subnutrida e hospitalizada na época até ser acolhida no Abrigo. A adolescente ainda apresenta em seu corpo as marcas, cicatrizes, das agressões sofridas. Ela permanecia trancada em um banheiro enquanto estava com a mãe e era alimentada apenas com água e fubá. Quando o abrigamento aconteceu, a mãe vivia com outro homem e mantinha sob seus cuidados, no sobradinho em que morava, apenas os filhos dessa nova união. A jovem e os irmãos, filhos de outros casamentos, permaneciam, até então, no andar de baixo em um cômodo da casa, sozinhos. No Abrigo, o comportamento dessa adolescente era de uma provocação contínua de quem parecia sentir um desamor na alma. Os atritos que ela provocava com os outros adolescentes abrigados eram frequentes. Buscando o reconhecimento de seu lugar, todas as outras crianças, para ela, eram potencialmente seus irmãos rivais. Quando a conheci, todos diziam que ela já tinha “melhorado muito, apesar de ser difícil lidar com ela ainda”. Ela já havia passado por tratamento psicológico e psiquiátrico durante três anos. Entretanto, era ainda bastante expressiva a necessidade dela de se vincular e de receber amor, apesar de toda a oposição e desconfiança que ela demonstrava para com as pessoas da instituição. A adolescente adorava os animais e era bastante perspicaz e viva durante as brincadeiras.

Outro caso é o de um adolescente de 15 anos, também abandonado pela mãe, que passou a se desinteressar dele, segundo o relato do próprio, quando se casou com outro homem. Ele relatou ter sofrido espancamento por parte do padrasto, fato que o teria levado para as ruas e na sequência para a prática de pequenos furtos. Envolveu-se em brigas e foi encaminhado a Abrigos da região paulistana por diversas vezes sempre que encontrado pelos conselheiros de bairro. Chegou a ser interno da Fundação Casa por um período, mas fugiu, assim como fez quando passou pelos Abrigos. Ao ser encontrado pela última vez numa briga de rua, ele foi encaminhado para a instituição desta pesquisa. Chegou fazendo charme, esbanjando um sorriso cativante, embora fosse sempre de poucas palavras. Escrevia, em

pequenos pedaços de papel que encontrava a seguinte frase: “Vida Loka”. Pela primeira vez, entretanto, identificou-se com um Abrigo e pediu para ali permanecer. Ele queria cumprir a medida socioeducativa que lhe havia sido imposta nessa instituição. Feitos os acordos formais na Defensoria Pública do Estado, o adolescente era o mais novo integrante do Abrigo.

Sempre procurava a pesquisadora pela instituição e às vezes relatava algum fato de sua vida, outras vezes apenas escrevia a mesma frase no papel. Contou que a mãe o tratava muito bem antes de estar com esse novo homem. O pai biológico estava morto - fora assassinado. Nesses contatos diários, a conversa foi se intensificando e em algumas oportunidades ele pediu para ser levado para passear pelas redondezas do Abrigo. Nesses momentos, relembra a mãe com saudade. Foi possível reconhecer, claramente, a relação afetiva com a mãe que, por meio do contato com a pesquisadora, ele tentava reconstituir. Chegou a perguntar se ele a incomodava com os pedidos de passeio e por vezes de compras, mostrando que queria entender o limite de seus anseios para não extrapolar, levando a mais um rompimento e a outra situação “justificadora” de abandono. Chegaram as férias escolares e esse adolescente foi para a casa de um tio com a devida permissão judicial. Quando retornou, para reforçar seu desempenho escolar, ele e a adolescente descrita acima, diagnosticada com dislexia, haviam sido matriculados na escola Kumon. Fora feita uma parceria entre o Abrigo e uma das unidades dessa escola para que atendessem algumas crianças. Nesse momento, a participação da pesquisadora na instituição havia diminuído em decorrência de outros compromissos com a pesquisa. O Abrigo, entretanto, contratara uma psicóloga para permanecer em período integral na instituição. O adolescente acompanha a transição e passa a se relacionar mais com ela. Este adolescente, entretanto, ao dividir, neste início de ano, a mesma escola “especial”, torna-se “o irmão rival mais ameaçador” para a adolescente acima descrita. Ela o provoca e ambos brigam. Ânimos apaziguados, no dia seguinte, nas mediações da escola, a adolescente encontra o carro do Conselho Tutelar e diz que está “apanhando no Abrigo” e acusa o rapaz. O adolescente, por fim, é transferido para outra instituição.

Escolhemos contar essa história, ao invés de várias outras, por retratar com precisão como se coloca a intervenção fiscalizadora nos Abrigos, nessas situações. As pessoas que trabalham nele, conforme deve ter ficado explícito acima, são pessoas simples que tiveram pouca oportunidade de estudar (muitas o fazem agora) e assim não possuem o traquejo e a segurança necessários para dialogar numa posição mais simétrica com as instituições de poder. Uma briga de irmãos faz emergir tantas autoridades e situações constrangedoras de intervenção que a dirigente, em uma atitude de autodefesa, pede pela transferência do jovem rapaz para outro Abrigo.

O fato é que assumir responsabilidade integral por um conjunto de crianças e adolescentes, não apenas de proteção, mas de promoção do desenvolvimento e de inclusão social sadia e igualitária como prescreve a lei, é uma atividade que requer, como tem sido

observado, dedicação praticamente exclusiva e integral por parte das pessoas dessa família. E a família, com um anseio de missão, assim a realiza.

Observemos, também, que as instituições estatais, cujas decisões muitas vezes se embasam em pareceres etnopsicologicamente desinformados, não necessariamente estão exercendo a inclusão com abertura para o acolhimento e o vínculo necessário, como essas pessoas conseguem realizar. Formulamos, assim, uma pequena provocação a todos os profissionais da área: onde está o traquejo e a flexibilidade da psicologia, também necessários, para que possamos trabalhar com a realidade psicossocial brasileira?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país heterogêneo. Presumida uma interlocução com a nossa população que a considere agente e não “objeto” de intervenção, ainda há muito a ser pesquisado e compreendido para que sejamos capazes de lidar com sua diversidade de maneira ética e, além de solidária, sobretudo eficaz.

A investigação etnopsicológica dos nossos universos sociais e das formas culturalmente específicas de compreensão sutil das suas realidades correspondentes pode ser útil para a formulação de políticas efetivamente democráticas que sejam mais respeitadoras e menos repressivas, além de mais harmônicas com o universo simbólico da nossa população. O assistencialismo não necessariamente está nas atitudes daqueles que majoritariamente praticam a inclusão social, ou seja, na maioria das vezes nas iniciativas populares. Ao contrário, a perpetuação do assistencialismo pode ser justamente consequência de medidas do Estado que paternalistamente ainda procura “amparar”, mas que precisamente, por sua condição de despreparo, *desampara* a realidade social encontrada.

A psicologia dita científica é fruto de uma época de condições culturais e sociais bastante específicas. Nesse sentido, a necessidade de revisão epistemológica que a etnopsicologia propõe pode ser de fato frutífera, uma vez que é justamente isso que pode fazer com que nos situemos diante do outro concreto de maneira efetivamente respeitadora da sua condição de sujeito responsável pela condução do seu próprio destino e capaz de cuidar de si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, G. **Naven**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990. 181 p.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Autor, 1988.

- BASTIDE, R. Préface. In: BASTIDE, R. **Essais d'éthnopsychiatrie générale**. Éditions Gallimard, 1970. p. I-XVIII.
- DE MARTINO, E. (1961). **La Terra del Rimorso**: contributo a una storia religiosa del Sud. Milano: Net, 2006. 396 p.
- DEVEREUX, G. **Essais d'éthnopsychiatrie générale**. Éditions Gallimard, 1970. 395 p.
- FREUD, S. (1893). Estudos sobre a histeria. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 39-55.
- GLADWIN, T.; SARASON S. B. **Truk: Man in Paradise**. Viking Fund Publications in Anthropology. New York: Wenner-Gren Foundation, 1953. 223 p.
- HEELAS, P.; LOCK, A. (Ed.). **Indigenous Psychologies: The Anthropology of the Self**. London: Academic Press, 1981. 322 p.
- HOWARD, A. **Ain't No Big Thing**: coping strategies in a Hawaiian-American community. Honolulu: University Press of Hawaii, 1974. 312 p.
- HUTCHINS, E. **Culture and inference**: a Trobriand case study. Cambridge: Harvard University Press, 1980. 143 p.
- IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Autor, 2004.
- LEE, B. (Ed.). **Psychosocial theories of the self**. New York: Plenum, 1982.
- LEVY, R. I. **Tahitians**: mind and experience in the society islands. Chicago: University of Chicago Press, 1973.
- LUTZ, C. Ethnopsychology compared to what? Explaining behavior and consciousness among the Ifaluk. In: WHITE, G. M. (Ed.); KIRKPATRICK J. (Ed.). **Person, self and experience**: exploring Pacific Ethnopsychologies. California: The University of California Press, 1985. p. 35-79.
- MALINOWSKI, B. **Sex and repression in savage society**. London: International Library of Psychology, Philosophy and Scientific Method, 1927. 318 p.
- MEAD, M. **Coming of age in Samoa**. New York: Morrow. 1928 (a).
- MEAD, M. The role of the individual in Samoan Culture. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, n. 58, p. 481-495, 1928 (b).
- MEAD, M. **Growing up in New Guinea**. New York: Morrow, 1930.
- MEAD, M. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York: Morrow, 1935.
- PELIANO, A. M. T. M.; BEGHIN, N. O voluntariado nos abrigos: uma profissão de fé. In: IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Autor, 2005, cap. 9, p. 243-286.
- ROCHA, E. R. A.; AQUINO, L. M. C. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. In: IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil, 2005.

SHWEDER, R. A.; LE VINE, R. A. (Eds). **Culture theory: essays on mind, self and emotion.**
New York: Cambridge University Press, 1984.

WHITE G. M.; KIRKPATRICK, J. Exploring Ethnopsychologies. In: WHITE G. M.; KIRKPATRICK,
J. (Eds.). **Person, self and experience: exploring Pacific Ethnopsychologies.** California: The
University of California Press, 1985. p. 3-32.

Endereço para correspondência
Ligia Pagliuso
E-mail: ligiapagliuso@pg.ffclrp.usp.br

Recebido em 07/04/2011.
1ª revisão em 03/05/2011.
2ª revisão 22/08/2011.
Aceite final 05/09/2011.

¹ Psicóloga e Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Email: ligiapagliuso@pg.ffclrp.usp.br.

² Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Doutor em Filosofia pela UNICAMP e Coordenador do Laboratório de Etnopsicologia do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP. Email: jfbairrao@ffclrp.usp.br.

³ Georges Devereux foi aluno no início da década de 30 de Marcel Mauss, sociólogo e antropólogo francês, e obteve seu título de doutor sob a orientação de Alfred Kroeber, antropólogo norte-americano, no início da década de 40. Tornou-se membro da sociedade psicanalítica americana e da de Paris na década de 50, tendo completado sua formação em psicanálise em Nova Iorque, precisamente em 1956. Em 1963, Devereux tornou-se professor na École Pratique des Hautes Études a convite de Claude Lévi-Strauss. Sob forte influência, portanto, em toda sua formação, tanto da antropologia quanto da psicanálise, Devereux funda a etnopsiquiatria.

⁴ Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Processo nº 560/2011.

⁵ IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília, 2004.

⁶ ROCHA, E. R. A.; AQUINO, L. M. C. Fonte: IPEA/CONANDA. **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília, 2005.

⁷ PELIANO, A. M. T. M.; BEGHIN, N. O voluntariado nos abrigos: uma profissão de fé. In: IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília, 2004, cap. 9, p. 243-286.